

CONGRESSO

Escala 6 x 1 e flexibilização

Tema interessa a governo e oposição, mas, na tramitação, pode entrar na redução da jornada de trabalho a desoneração da folha

» DENISE ROTHENBURG

Depois das derrotas do governo na rejeição do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal e na derrubada do veto ao projeto de lei (PL) da dosimetria das penas dos condenados do 8 de Janeiro, os líderes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Câmara esperam virar essa página e evitar que o episódio contamine outros projetos, em especial o de redução da escala de trabalho 6 x 1. Na Casa, muitos líderes avaliam que será possível o governo ganhar essa, mas não do jeito que o Palácio do Planalto propôs, uma vez que, em ano eleitoral, ninguém votará contra o trabalhador. Mas o texto que sairá da Câmara rumo ao Senado tende a seguir no caminho de flexibilização e redução em número de horas trabalhadas, de 44 para 40 horas semanais, e ainda com um período de transição, de forma que patrões e empregados possam se adequar às novas regras.

A dúvida do governo hoje é em torno do que caminhará primeiro: se as propostas de Emenda Constitucional que estão na comissão especial ou projeto de lei que o governo encaminhou ao Congresso em regime de urgência. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e a maioria das líderes preferem uma PEC, porque, assim, o texto seria promulgado sem o poder de veto do presidente da República. Se for um projeto de lei, haverá encaminhamento à sanção e Lula pode rejeitar os trechos dos quais discordar.

A corrida está posta. A comissão especial para analisar as PECs foi instalada na véspera do feriado de

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Intenção de Motta é acelerar a tramitação da matéria, que interessa a governo e oposição. Mas texto deve ficar diferente daquele que deseja o Planalto

1º de Maio. Esta semana, começam a contar as sessões plenárias para apresentação de emendas ao texto. Até aqui, já se sabe haverá um movimento dos parlamentares mais afinados com a indústria e o setor de serviços para tentar, mais uma vez, emplacar a desoneração da folha de salários. O projeto do governo fala em não redução salarial e a ideia de muitos deputados é propor uma troca: aprova-se e não se mexe nos salários da escala atual, mas compensa-se isso com uma desoneração da folha, ainda que não seja total.

Negociação

O governo resiste a misturar a questão da jornada de trabalho e com a desoneração, mas seus interlocutores aceitam discutir esse tema, de forma a não comprometer a tramitação. Afinal, qualquer acordo que permita a Lula sair com o discurso de que ajudou o trabalhador é considerado ponto positivo. Mas, se houver jeito de evitar a mistura, o governo optará por esse caminho.

Na conjuntura atual, os governistas pretendem seguir o

ditado "devagar com o andor porque o santo é de barro". Primeiro, será preciso avaliar a coreção de forças e como se processará o jogo político na comissão especial. E, a partir dali, ir ajustando os votos para a chegada das PECs ao plenário, o que deve ocorrer no fim do mês.

Em conversas reservadas, muitos líderes afirmam que o PL da Dosimetria não serve de parâmetro para a agenda que vem pela frente, porque o tema votado na semana passada era algo que o Congresso

já havia debatido e aprovado. Por isso, o placar de 318 votos pela derrubada do veto. Agora, quanto à jornada 6 x 1, o assunto é visto como suprapartidário. Embora Lula esteja defendendo a proposta e promovendo uma campanha publicitária para explicar do que se trata, há partidos de direita que também consideram importante essa revisão do período de trabalho. Ou seja, não é só Lula e o PT que têm pressa.

Para permitir a análise da PEC ainda em maio, Hugo Motta

» Ajuda aos caminhoneiros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em suas redes sociais, que ampliará as condições do programa Move Brasil 2, com mais prazo, carência e juro menor para a compra de caminhões. Trata-se de um programa do governo federal, lançado em abril de 2026, que disponibiliza R\$ 21,2 bilhões em crédito para a renovação de frota de transporte no Brasil. Ele destacou que a ação será, especialmente, em benefício dos motoristas autônomos e pediu aos bancos públicos que olhem com "carinho" para os motoristas autônomos. "O que percebermos no Move 1 é que atendeu com mais precisão e porque eles tinham mais recursos, às entregadoras. Os autônomos foram pouco atendidos", disse, dirigindo-se a representantes da Caixa, Banco do Brasil e BNDES.

convocou sessões de segunda a sexta-feira. Ele e os líderes abraçaram a ideia. "Nossa meta é entregar esse texto aprovado ainda no mês de maio, sempre com equilíbrio que o Brasil precisa", frisou o presidente da Câmara. As propostas de Emenda Constitucional começam a ser debatidas na comissão especial amanhã e a expectativa é de que, terminado o prazo de 10 sessões plenárias da Casa (faltam nove), o texto possa ser votado. Agora, qual a proposta que sairá desses debates, só o tempo dirá.

ELEIÇÕES 2026

Zema: país tem geração de imprestáveis

O pré-candidato a Presidência Romeu Zema (Novo) afirmou que pretende endurecer as regras de programas de transferência de renda e condicionar a manutenção de benefícios sociais à aceitação de empregos formais pelos beneficiários. Disse que não pretende extinguir programas sociais, mas criticou o que classificou como crescimento da dependência de auxílios governamentais.

"Programas sociais são importantíssimos. Vamos manter para quem precisa. Mas sabemos que tem muita fraude que eu vou combater e também não vou pagar auxílio do governo para os marmanhões. Estamos criando no Brasil uma geração de imprestáveis. Vou em cidades do interior do Brasil inteiro e vejo a mesma coisa: vagas com carteira assinada e marmanhão em casa, na internet, nas redes sociais, no Netflix, que prefere receber o auxílio governamental", afirmou, em entrevista ao programa Canal Livre.

Segundo Zema, há casos de pessoas que recusam empregos formais para evitar a perda de benefícios sociais. Ele defendeu o uso do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e das secretarias municipais de assistência social para monitorar ofertas de trabalho destinadas a beneficiários de programas sociais. Pela proposta apresentada, quem recusasse uma vaga formal sem justificativa poderia perder o benefício.

Questionado sobre modelos adotados em países europeus, Zema admitiu a possibilidade de permitir a recusa da primeira proposta de emprego, mas defendeu que a aceitação passasse a ser obrigatória a partir de uma segunda oferta. "O objetivo é garantir que o recurso público chegue a quem realmente precisa e não sirva como desestímulo ao mercado de trabalho formal", afirmou.

Desenrola

Zema afirmou que o programa Desenrola, do governo federal, trata apenas os efeitos do endividamento das famílias, sem enfrentar

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Sabemos que tem muita fraude que eu vou combater e também não vou pagar auxílio do governo para os marmanhões. Estamos criando no Brasil uma geração de imprestáveis. Vou em cidades do interior do Brasil inteiro e vejo a mesma coisa: vagas com carteira assinada e marmanhão em casa, na internet, nas redes sociais, no Netflix, que prefere receber o auxílio governamental!"

Romeu Zema, pré-candidato do Novo à Presidência

sua causa estrutural da questão. Ele comparou o programa de renegociação de dívidas a um tratamento paliativo.

"O Desenrola é a mesma coisa que pegar alguém com febre e colocar numa banheira com gelo. Quero curar a febre. Temos de atacar o problema na origem e não na consequência", afirmou na entrevista. O programa foi criado na tentativa de facilitar a renegociação de dívidas de pessoas inadimplentes, com descontos e melhores condições de pagamento.

O governo federal deve anunciar hoje o Desenrola 2.0.

Segundo Zema, o elevado nível de endividamento da população decorre da política fiscal do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, na visão do pré-candidato do Novo, contribuiu para a manutenção de juros elevados no Brasil. "O brasileiro está endividado, pagando prestação alta, inclusive da casa própria, por causa da ganstana do Lula. As empresas estão quebrando, deixando de gerar emprego por isso", disse.

detran.df.gov.br

Brasília. CAPITAL DO ROCK E DA FAIXA DE PEDESTRES.

Aqui, o respeito também é cultura. Há 29 anos, a faixa de pedestres virou um dos maiores orgulhos do DF: um símbolo de cidadania que atravessa gerações e salva vidas todos os dias.

Faça e respeite o Sinal de Vida. Pediu. Parou. Passou.

DESACELERE.
SEU BEM MAIOR É A VIDA.

DETRAN-DF

GDF